



PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO DE PÓS-GRADUAÇÃO 2018

QUESTÕES OBJETIVAS

1. Com referência aos princípios administrativos, é correto afirmar que:

- a) O princípio da personalidade, expressamente previsto na Constituição Federal de 1988, significa que as competências administrativas só podem ser validamente exercidas na extensão e intensidade correspondentes ao que seja realmente demandado para o cumprimento da finalidade de interesse público que estão atrelados;
- b) O princípio da reserva legal prescreve que a administração pública pode fazer tudo aquilo que não é legalmente proibido;
- c) A publicidade dos atos da administração pública é excepcionada apenas pela necessidade de proteção da intimidade dos cidadãos;
- d) A Emenda Constitucional n. 19/1998, conhecida por implementar a “reforma administrativa”, acrescentou o princípio da eficiência ao texto constitucional.

2. Quanto à formação e aos efeitos do ato administrativo:

- a) A eficácia é a situação jurídica gerada pelo ato administrativo editado com juridicidade;
- b) A presunção de legitimidade do ato administrativo é absoluta;
- c) O motivo resulta das razões de fato ou de direito que conduziram à edição do ato administrativo;
- d) A exequibilidade e a eficácia do ato administrativo possuem o mesmo significado.

3. Com relação aos poderes da administração pública e aos poderes e deveres dos

administradores públicos, assinale a opção correta:

- a) No exercício do poder regulamentar, é conferida à administração pública a prerrogativa de editar atos gerais para complementar a lei, em conformidade com seu conteúdo e limites, não podendo ela, portanto, criar direitos e impor obrigações, salvo as excepcionais hipóteses autorizativas de edição de decreto autônomo;
- b) A cobrança de multa constitui exemplo de exceção à autoexecutoriedade do poder de polícia, razão por que o pagamento da multa cobrada não pode se configurar como condição legal para que a administração pública pratique outro ato em favor do interessado;
- c) A autorização administrativa consiste em ato administrativo vinculado e definitivo, segundo o qual a administração pública, no exercício do poder de polícia, confere ao interessado consentimento para o desempenho de certa atividade;
- d) O desvio de finalidade é a modalidade de abuso de poder em que o agente público atua fora dos limites de sua competência, invadindo atribuições cometidas a outro agente.

4. De acordo com a Lei n. 8.429/92, o ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, ensejando perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens públicos, pode ser praticado por conduta:

- a) Comissiva ou omissiva, somente dolosa, perpetrada por agentes público e por particular que induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta;



- b) Comissiva ou omissiva, dolosa ou culposa, perpetrada por agente público e por particular que induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta;
- c) Comissiva e dolosa, necessariamente, e que seja perpetrada por agente público e por particular que induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta;
- d) Comissiva ou omissiva, dolosa ou culposa, perpetrada apenas por agente público, em sentido amplo.
- 5. Sobre as modalidades e tipos de licitação, é correto afirmar que:**
- a) Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número máximo de 03 (três) pela unidade administrativa;
- b) Concorrência é a modalidade de licitação que se faz pelo chamamento universal de quaisquer interessados que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução do seu objeto;
- c) Tomada de preços é a modalidade de licitação destinada a aquisição de bens e serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado da contratação;
- d) É facultado ao agente público realizar licitações simultâneas ou sucessivas que ensejem a mudança da modalidade licitatória pertinente.
- 6. A respeito do regime brasileiro dos contratos administrativos, é correto afirmar que:**
- a) O reajuste contratual se identifica com a revisão contratual, pois as expressões são sinônimas e possuem os mesmos pressupostos fáticos e normativos;
- b) A administração pública não celebra apenas contratos administrativos, mas também tem legitimidade para pactuar contratos de direito privado;
- c) A regra de exceção de contrato não cumprido (*exceptio non adimplit contractus*) é absoluta e inaplicável aos contratos administrativos;
- d) O contrato administrativo exclui a necessidade de existir acordo de vontade entre as partes contratantes, vez que a administração pública deve obediência ao interesse público, além de ser detentora do “*ius variandi*”.
- 7. Concessão e permissão são instrumentos por meio dos quais se descentraliza a prestação de serviços públicos para particulares. Considerando o disposto na Lei 8.987/95, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, é incorreto afirmar:**
- a) Considera-se concessão de serviço público a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.
- b) Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, tomando-se como serviço adequado o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.
- c) Incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, sendo que a fiscalização exercida pelo órgão competente pode atenuar essa responsabilidade.
- d) Toda concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será objeto de prévia licitação, nos termos da legislação própria e com observância dos



princípios da legalidade, moralidade, publicidade, igualdade, do julgamento por critérios objetivos e da vinculação ao instrumento convocatório.

8. Em relação ao tema da Responsabilidade Civil do Estado no ordenamento pátrio, tem-se que:

- a) Aquele que sofreu o dano fica dispensado de provar a relação de causalidade entre a atividade da Administração e a lesão decorrente.
- b) O lesado deverá provar a imprudência, a negligência ou imperícia do agente público na conduta administrativa.
- c) A teoria do risco integral fundamenta a responsabilidade objetiva do Estado, pela qual há assunção de todas as consequências relativas à sua atuação.
- d) A regra constitucional prevê a responsabilidade subjetiva quanto ao exercício do direito de regresso contra o agente público causador do dano.

9. Analise as assertivas abaixo:

I. As sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado e integram a Administração Pública Indireta.

II. As empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado, têm capital inteiramente público e podem ser organizadas sob qualquer forma admitida em Direito (civil ou comercial).

III. O poder de polícia não pode ser exercido pelas agências reguladoras por se tratar de prerrogativa indelegável e exclusiva dos entes da Administração Pública direta.

IV. Quarentena é o mecanismo pelo qual o ex-dirigente de uma agência reguladora, seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive,

ficam impedidos de desempenhar funções públicas, pelo período de quarenta dias a contar da data de sua exoneração.

Pode-se afirmar que:

- a) Apenas as assertivas I e II estão **CORRETAS**.
 - b) Apenas as assertivas II e III estão **CORRETAS**.
 - c) Apenas as assertivas III e IV estão **CORRETAS**.
 - d) Apenas as assertivas I e IV estão **CORRETAS**.
- 10. Suponha que o Estado do Espírito Santo tenha instaurado um procedimento licitatório para a contratação de obra de grande vulto e, ao final do certame, já tendo conhecimento do vencedor, considerou prudente não prosseguir com a contratação haja vista que a empresa que apresentou a melhor proposta teve envolvimento comprovado em investigações em curso para apuração de fraudes em outras licitações no Estado e superfaturamento de contratos. Diante deste cenário, com base nas disposições da Lei nº 8.666/1993:**
- a) Deverá desclassificar a empresa vencedora, caso o resultado da licitação já tenha sido homologado, podendo contratar diretamente a execução das obras, observada a compatibilidade de preços com os praticados no mercado;
 - b) Poderá revogar a licitação, por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta;
 - c) Deverá anular a licitação, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;
 - d) Poderá desconsiderar a proposta apresentada pelo licitante vencedor e adjudicar o objeto ao segundo colocado, por decisão fundamentada da comissão de licitação.

11. Em se tratando de controle da atividade financeira do Estado, assinale a alternativa CORRETA.



- a) Em se tratando de controle externo, o Tribunal de Contas é órgão auxiliar dos três poderes, mas embutido no Poder Executivo, não podendo a matéria por ele julgada ser revista perante o Poder Judiciário, sob pena de ofensa à coisa julgada.
- b) Apesar de não ter previsão constitucional, o controle externo consiste no sistema integrado de fiscalização dos Três Poderes, na missão de autotutela da legalidade e da eficácia da gestão financeira.
- c) No que diz respeito ao controle exercido sobre as contas, o Tribunal de Contas tem a incumbência de julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, mas não as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao Erário.
- d) O conteúdo dos controles sobre despesas públicas concentra-se em torno dos princípios da legalidade, da legitimidade e da economicidade, inclusive quanto à aplicação das subvenções e renúncia de receitas.

12. Compete aos Tribunais de Contas julgar as contas que envolvam recursos financeiros públicos recebidos por

- I. Pessoa jurídica de direito público.
- II. Sociedade empresária não integrante da administração pública.
- III. Gestor público.
- IV. Pessoa física.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas os itens I e II estão certos.
- b) Apenas os itens II e IV estão certos.
- c) Apenas os itens III e IV estão certos.
- d) Todos os itens estão certos.

13. O controle financeiro exercido pelo Poder Legislativo e pelo Tribunal de Contas compreende:

- a) A legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa.
- b) A economicidade, a fim de verificar a boa utilização dos recursos públicos sem envolver questões de mérito.
- c) A legitimidade das despesas independentemente da ordem de prioridade estabelecida no plano plurianual.
- d) A avaliação da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.

14. Considere as seguintes situações:

I. Aplicação de multa proporcional ao dano causado ao erário aos responsáveis por bens de fundação mantida pelo Poder Público federal.

II. Julgamento das contas prestadas anualmente pelo Presidente da República.

III. Sustação da execução de contrato celebrado por órgão da Administração direta federal considerado ilegal.

IV. Tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

À luz da Constituição Federal, trata-se de competências, respectivamente,

- a) I - do Tribunal de Contas da União
II - do Congresso Nacional
III - do Congresso Nacional
IV - da Câmara dos Deputados
- b) I - do Congresso Nacional
II - do Tribunal de Contas da União
III - do Tribunal de Contas da União
IV - da Câmara dos Deputados
- c) I - do Tribunal de Contas da União



- II - do Tribunal de Contas da União
- III - do Congresso Nacional
- IV - da Câmara dos Deputados

- d) I - do Congresso Nacional
- II - da Câmara dos Deputados
- III - do Tribunal de Contas da União
- IV - do Congresso Nacional

15. Sobre fiscalização orçamentária e financeira do Poder Judiciário Estadual, é correto afirmar que:

- a) Não existe fiscalização orçamentária e financeira das contas do Poder Judiciário estadual, pois ele não possui orçamento próprio.
- b) O Poder Judiciário estadual se submete apenas à fiscalização interna por órgão próprio, não se submetendo a controle externo pelo Poder Legislativo.
- c) O controle externo das contas do Poder Judiciário estadual é de competência do Poder Legislativo estadual, com auxílio do Tribunal de Contas do Estado.
- d) A fiscalização orçamentária e financeira das contas do Poder Judiciário estadual é feita pelo Ministério Público.

16. Sobre a Organização Político-Administrativa dos Municípios, analise as alternativas e indique a INCORRETA:

- a) A eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, terá mandato de quatro anos, mediante pleito direto e simultâneo realizado em todo o País.
- b) O subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, observado o que dispõe a Constituição Federal, observados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica.
- c) O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.

- d) As contas dos Municípios poderão ficar, durante noventa dias, semestralmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade.

17. Determinado Prefeito pretende criar um Tribunal de Contas no Município para melhor fiscalizar as contas do Executivo e do Legislativo. Conforme reza a Constituição Federal, essa pretensão do Prefeito

- a) É viável e poderá ser concretizada, pois atende aos princípios constitucionais da Administração Pública, em especial o da moralidade.
- b) Não poderá ser concretizada, pois a Constituição veda a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.
- c) Poderá ser concretizada, desde que por meio de projeto de lei complementar a ser apreciado e aprovado pela Câmara de Vereadores.
- d) Não poderá ser aprovada, uma vez que não é admitida a criação de Tribunais de Contas Municipais, mas apenas de Conselho de Contas.

18. Em relação às prestações de serviços públicos de forma direta ou indireta, assinale a afirmativa INCORRETA.

- a) É competência privativa da União legislar sobre normas gerais aplicáveis a licitações e contratos administrativos.
- b) No que se refere a contratos de concessão e permissão de serviços públicos, a Constituição Federal não abre quaisquer possibilidades de não realização de processo licitatório.
- c) Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não podem legislar sobre questões específicas acerca de licitações e contratos administrativos, mesmo que elas não contrariem as normas gerais.
- d) De acordo com dispositivo constitucional, admite-se a possibilidade de a legislação estabelecer hipóteses excepcionais de celebração de contratos administrativos sem a realização de licitação.



19. Compete aos Municípios, exclusivamente, EXCETO:

- a) Organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.
- b) Legislar sobre assuntos de interesse local.
- c) Impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural.
- d) Criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual.

20. De acordo com a Constituição Federal – CF/88, “Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

I. O prazo de validade do concurso público será de dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.

II. O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.

III. é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.

IV. Somente por lei específica poderá ser criada fundação e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de autarquia, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

- a) I e III somente.
- b) II e III somente.
- c) II, III e IV somente.
- d) Todas estão corretas.

21. Segundo a Constituição Federal, são estáveis, após três anos de efetivo exercício, os

servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. Diante desse contexto, é INCORRETO afirmar que:

- a) Existindo previsão em lei ordinária municipal, procedimento de avaliação periódica de desempenho poderá implicar na perda de cargo para servidor estável, respeitando-se sempre a ampla defesa.
- b) O servidor estável poderá ser demitido depois de processo administrativo disciplinar, desde que lhe seja assegurada a ampla defesa.
- c) O servidor em estágio probatório também poderá ser demitido depois de processo administrativo disciplinar, desde que lhe seja assegurada ampla defesa.
- d) Admite-se, em contexto excepcional, a perda de cargo pelo servidor estável sob o argumento do corte de gastos.

22. Flávio, ocupante estável do cargo efetivo de Técnico da área administrativa do Ministério Público do Espírito Santo, elegeu-se Vereador em Município do interior do Estado. De acordo com a disciplina constitucional da matéria, Flávio:

- a) Independentemente de compatibilidade de horários para acumulação, deverá se afastar do cargo efetivo para o exercício do mandato eletivo, auferindo o subsídio de Vereador;
- b) Independentemente de compatibilidade de horários para acumulação, deverá se afastar do cargo efetivo para o exercício do mandato eletivo, podendo optar pela remuneração de um dos cargos;
- c) Caso haja compatibilidade de horários, poderá acumular o cargo efetivo com o mandato eletivo, facultando-lhe optar pela remuneração de um dos cargos;
- d) Caso se afaste do cargo efetivo para o exercício do mandato eletivo, terá seu tempo de serviço contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

23. Sobre a obrigatoriedade de aprovação em prévio concurso público para exercício de



função em cargo público, extrai-se do texto constitucional que:

- a) As funções de confiança são exercidas por pessoas não concursadas e por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, e destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;
- b) Os cargos em comissão são preenchidos, em sua integralidade, por servidores de carreira ocupantes de cargos efetivos, e destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;
- c) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de títulos, de acordo com a natureza, a remuneração e a complexidade do cargo ou emprego;
- d) Não obstante a regra geral seja a exigência de aprovação em concurso público, há casos em que a própria Constituição se auto excepciona, como o chamado quinto constitucional na composição dos Tribunais do Poder Judiciário.

24. À luz da CF/1988, assinale a opção correta a respeito do Ministério Público.

- a) Segundo a CF/1988, são princípios institucionais aplicáveis ao Ministério Público: a unidade, a indivisibilidade, a independência funcional e a inamovibilidade.
- b) Foi com a CF/1988 que a atividade do Ministério Público adquiriu o status de função essencial à justiça.
- c) O STF, ao tratar das competências e prerrogativas do Ministério Público, estabeleceu o entendimento de que membro desse órgão pode presidir inquérito policial.
- d) A CF/1988 descreve as carreiras abrangidas pelo Ministério Público e, entre elas, elenca a do Ministério Público Eleitoral.

25. Acerca do Ministério Público de Contas, assinale a alternativa correta, de acordo com a Lei Complementar Estadual Nº 451, 5 de agosto

de 2008, alterada pela Lei Complementar Estadual Nº 491/2009:

- a) A investidura no cargo de Procurador-Geral, no Ministério Público de Contas do Estado, será por meio da formação de lista tríplice para sua escolha, depois, por nomeação pelo Presidente do Tribunal de Contas respectivo.
- b) Aos membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei Orgânica do Ministério Público Estadual, pertinentes a direitos, garantias, prerrogativas, remuneração, vedações, regime disciplinar e forma de investidura.
- c) O Ministério Público de Contas do Estado do Espírito Santo é composto de 4 (quatro) Procuradores Especiais de Contas.
- d) Ao Ministério Público de Contas do Estado do Espírito Santo compete promover a defesa dos interesses dos Poderes e da Administração Pública.

26. Sobre as finanças públicas, suas normas gerais e orçamentos, dispõe a Constituição Federal que:

- a) Leis de iniciativa do Poder Legislativo estabelecerão o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais;
- b) O Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos e os orçamentos anuais;
- c) A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, ainda que referentes à autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito;
- d) Cabe à lei ordinária estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da Administração direta e indireta bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.



27. No que se refere a vedações constitucionais em matéria orçamentária dispostas nas normas gerais de direito financeiro da Constituição Federal, assinale a opção correta:

- a) A Constituição Federal não veda a abertura de crédito suplementar ou especial, mesmo sem a indicação dos recursos correspondentes e a prévia autorização legislativa;
- b) O início de programas e projetos não incluídos na LOA é admitido excepcionalmente pela Constituição Federal, desde que a sua execução não ultrapasse a previsão orçamentária fixada no exercício financeiro anterior;
- c) A Constituição Federal veda aos estados e às suas instituições financeiras a realização de transferência voluntária de recursos aos municípios para o pagamento de despesas com pessoal;
- d) A Constituição Federal admite a edição de medida provisória para a abertura de crédito extraordinário para o atendimento de despesas imprevisíveis e urgentes, desde que haja autorização prévia do Poder Legislativo.

28. A chamada “regra de ouro”, prevista constitucionalmente para as operações de crédito, consiste na:

- a) Vedação de realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas corrente, salvo de houver prévia autorização na Lei Orçamentária Anual e se tratar de operação realizada entre 10 de janeiro e 10 de dezembro do exercício financeiro de vigência da Lei Orçamentária Anual;
- b) Vedação de realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;
- c) Abertura de crédito suplementar com aprovação do Poder Legislativo, por maioria absoluta de votos, para realização de toda e

qualquer operação de crédito, exceto por antecipação de receita;

- d) Realização de operação de crédito por antecipação de receita apenas após o 10º dia de janeiro e desde que não existia outra operação de mesma natureza ainda não paga, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Senado por maioria absoluta.

29. No que se refere aos princípios orçamentários, é certo que:

- a) O princípio da programação diz respeito à relação de equivalência entre o montante das despesas autorizadas e o volume da receita para o exercício;
- b) O princípio da universalidade se completa com a regra do orçamento líquido, ou seja, receitas e despesas com suas deduções;
- c) O princípio da unidade orçamentária, na concepção do orçamento-programa, não se preocupa com a unidade documental, tornando-se necessariamente multidocumental;
- d) O princípio da legalidade não se estende aos planos, programas, operações de abertura de crédito, remanejamento de recursos por atos de natureza discriminatória.

30. Avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União, segundo o art. 74 da Constituição Federal, constituem, dentre outras finalidades:

- a) Do ordenador de despesa;
- b) Do Tribunal de Contas;
- c) Da contabilidade gerencial;
- d) Do sistema de controle interno.



MINISTÉRIO
PÚBLICO
DE CONTAS
ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO

Procuradoria-Geral de Contas



PROCESSO SELETIVO ESTÁGIO DE PÓS-GRADUAÇÃO 2018

QUESTÃO DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos. Será desconsiderado, também, qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas, sendo de 20 (vinte) linhas o mínimo aceitável para correção.
 - Na FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA, único documento que servirá de base para a avaliação da Prova Discursiva, escreva com letra legível e respeite rigorosamente as margens. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva em seguida o respectivo substituto. Atenção: parênteses não podem ser usados para tal finalidade.
-

1. Discorra acerca das cláusulas exorbitantes presentes nos contratos administrativos, abordando, obrigatoriamente, sobre o seu conceito, princípio que as fundamenta e, pelo menos, dois exemplos destas.
-



RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	